

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2019	14h05min	19ª Sessão Extraordinária	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 19ª
(DÉCIMA NONA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
DE 26 DE JUNHO DE 2019.**

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Está aberta a presente sessão extraordinária. Quarta-feira, 26 de junho de 2019, às 14h07min.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Não se verificando *quorum* para o início dos trabalhos e conforme o disposto no art. 109, § 4 do Regimento Interno, declaro suspensa a sessão por quinze minutos.

Faço um apelo aos Deputados que se encontram na Casa no sentido de se dirigirem ao plenário visto que a convocação extraordinária foi feita para as 14h.

(Suspensa às 14h08min, a sessão é reaberta às 14h33min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Está reaberta a sessão.

Como estamos numa sessão extraordinária, não há comunicados de Parlamentares, mas vamos abrir o prazo de cinco minutos para, enquanto não há *quorum* regimental para deliberação, aqueles que quiserem fazer uso da palavra; sintam-se à vontade, porém, precisam fazer inscrição aqui na Mesa.

O primeiro inscrito é o Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a gente vai entrar depois na sessão ordinária e passar pelos Comunicados ou V.Exa. vai fazer primeiro as inscrições agora e depois a gente entrará nas votações?

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Na verdade, nós entraremos na sessão ordinária às 15h30min, quando se encerra teoricamente a nossa sessão extraordinária. Eu sugiro às senhoras e aos senhores, àqueles que chegaram mais

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2019	14h05min	19ª Sessão Extraordinária	2

cedo aqui, para fazerem seus comunicados, mesmo que informal, para que a gente dê celeridade hoje às votações.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, é sessão extraordinária, mas está sendo transmitida pelo nosso poderoso sistema de comunicação da internet.

Aqui já está havendo uma divergência: o Deputado Fábio Felix diz que tem sete, e o Deputado Delmasso diz que tem treze.

Eu quero trazer a esta tribuna, na tarde de hoje, um fato, Deputada Arlete Sampaio, que aconteceu com um integrante da Força Aérea Brasileira. O avião auxiliar da Presidência da República, não é qualquer avião, é o avião auxiliar da Presidência da República... Para quem não sabe, é o avião que faz o sistema precursor do Presidente. O Presidente capiroto vai se deslocar para o Japão; aí, tem os precursores, que são os homens e as mulheres que preparam a visita do Presidente. E nesse avião foi descoberto, na Espanha, 39 quilos de cocaína pura. A informação que tenho é de que, no mercado da droga, isso custa 10 milhões de reais. Portanto, são 10 milhões de reais em cocaína sendo transmitidos no avião da Presidência da República.

Eu fico imaginando aqui se isso tivesse acontecido na Venezuela. Se fosse um coronel da Força Aérea Venezuelana, o quanto o capiroto e seus auxiliares estariam atacando aqui no Brasil. Portanto, é muito grave! Isso desmoraliza ainda mais o nosso País perante as nações. É grave, muito grave isso que aconteceu com esse avião da Presidência da República.

E não é internamente, porque internamente nós já tivemos aquela história do helicóptero do Perrella, em Minas Gerais, que foi apreendido com 459 quilos de cocaína. Mas era internamente, aqui no Brasil, até hoje não deu nada, não investigaram, não aconteceu nada. Mas agora é um avião da Presidência da República com essa quantidade de drogas. Portanto, é uma situação realmente muito grave!

O Presidente Jair capiroto tem a obrigação de se dirigir à Nação e explicar isso aí. Afinal de contas, o tráfico está enraizado dentro da Presidência da República. É um avião auxiliar da Presidência da República que estava transportando aquela droga. Não acredito que era para consumo próprio, certamente era para comercialização. É preciso que seja explicada pelos dirigentes desta Nação essa situação dessa droga naquele avião.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Deputado Fábio Felix, V.Exa. vai fazer uso da palavra? (Pausa.)

Deputado Leandro Grass, V.Exa. gostaria de fazer uso da palavra?

Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2019	14h05min	19ª Sessão Extraordinária	3

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde a todos e a todas, Deputados e Deputadas, colegas aqui servidores da nossa Casa, jornalistas e também os nossos servidores públicos e demais visitantes que nos agradam aqui com suas presenças.

Ontem aconteceu algo extraordinário na nossa sessão ordinária de terça-feira. Invocaram aqui o Regimento Interno. Invocamos aqui as regras da Casa para justificar determinadas medidas. De fato, o Regimento é muito importante, e fico feliz que, de uma hora para outra, a gente tenha aqui exaltado a importância do Regimento, exaltado a necessidade de respeito ao Regimento. Mas, se nós observarmos, a flexibilização do Regimento é constante aqui nesta Casa, sob a justificativa dos tais acordos, apesar de que, regimentalmente, acordo não supera Regimento, em determinadas situações que a gente tem aqui, indo além do Regimento. Por exemplo, o Regimento não permite que a gente coloque projetos de resolução e projetos de decreto legislativo à frente de projetos de lei no processo de votação, mas, de forma voluntária, muitas vezes, a Mesa acolhe. Foi o caso de anteontem, em que votamos aqui o projeto de decreto legislativo do Deputado Delmasso, que interferiu na eleição do conselho tutelar. Era para ser votado por último, mas votamos antes por pedido do Deputado. A mesma coisa vale se voltarmos lá atrás, ainda na eleição da própria Mesa Diretora, quando não se respeitou a proporcionalidade regimentalmente prevista na composição da Mesa.

Então, se formos radicalizar no Regimento, vamos ter que anular ou avaliar uma série de determinações feitas aqui, pela própria Mesa Diretora, em consonância com os Líderes.

Aproveitando essa exaltação ao Regimento, Sr. Presidente, eu queria aqui, mais uma vez, solicitar a sala do nosso bloco. O Deputado Cláudio Abrantes e o Deputado Prof. Reginaldo Veras estão aqui e nós já fizemos três documentos, três ofícios à Mesa Diretora e até hoje a sala do Bloco Sustentabilidade e Trabalho não foi disponibilizada, porque disseram que não há sala. Eu não entendo por que não há sala, se existem salas ocupadas por partidos ou por blocos, chamados de maioria ou minoria, que também não estão previstos no Regimento.

Então, eu quero aproveitar que estamos aqui no culto ao Regimento para fazer essa solicitação mais uma vez, pela quarta vez, sendo três formais e agora aqui no plenário, tendo em vista que também já foi feito pelo Deputado Prof. Reginaldo Veras em outra ocasião.

A respeito do fato de ontem, no Regimento não se permite que um projeto seja retirado de pauta sem justificativa regimental. Se o projeto for retirado, ele tem de ser devolvido ao Deputado. A Mesa não pode simplesmente tirar o projeto de pauta, como foi o caso do nosso projeto ontem, o Projeto de Resolução nº 008, que estabelece as assinaturas digitais em projetos de iniciativa popular. Não se pode retirar assim sem mais nem menos. É preciso ser justificado e devolvido para o Deputado. A Presidência não pode fazer isso, regimentalmente! Alegou-se que o projeto estava vinculado a uma iniciativa da Mesa Diretora e, portanto, não poderia ir para a pauta.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2019	14h05min	19ª Sessão Extraordinária	4

Em outras situações projetos de resolução foram aprovados aqui, estabelecendo medidas administrativas para a Casa. Foram propostos por outros Deputados e aprovados pela própria Mesa. Inclusive, nesta legislatura, podemos citar aqui alguns exemplos. Não entendi! Não entendi mesmo!

Inclusive, cito que, na legislatura passada, a própria Mesa Diretora, por unanimidade, aprovou o mesmo projeto de resolução que ontem apresentei. Além disso, a Comissão de Constituição e Justiça também aprovou e no plenário tivemos 7 a 6 votos contrários ao projeto. Inclusive, a Bancada do PT votou a favor, outros Deputados aqui votaram contra na época. Lembro que, segundo consta nas notas, o Deputado Delmasso votou contra, o Deputado Rafael Prudente votou contra, mas eu propus o projeto novamente porque entendo que é uma forma de garantirmos a participação social e fortalecer a inclusão do cidadão no processo legislativo.

Então, eu quero saber aqui, inclusive questiono a Mesa, mesmo estando na sessão extraordinária, depois vamos entrar na ordinária, o que vai ser feito com o projeto, ele vai ser devolvido ao Deputado? Regimentalmente, o que vai ser feito? Se o argumento é regimental, eu quero aqui alertar, Sr. Presidente, porque não sei de onde veio essa orientação, de qual assessor, mas houve um grande equívoco, porque o Projeto de Resolução nº 8 não invade as competências da Mesa e é similar ao mérito e à forma de outros projetos de resolução que foram aprovados pela Mesa e no plenário.

Ontem aqui, inclusive, cogitou-se judicializar. Acho que o caminho não é esse, temos que tentar respeitar as regras da própria Casa, em qualquer situação que seja. Fica aqui o meu apelo para que agora, posteriormente, na sessão ordinária, o projeto seja colocado na pauta, para que não tenhamos problemas do ponto de vista de questionamento regimental da Casa, não só nessa situação, mas em tantas outras em que nós aqui atropelamos o Regimento, seja por qualquer razão.

Fica aqui o registro e o lamento porque ontem foi algo realmente inédito nesta Casa: o projeto retirado de pauta, sem justificativa, alegando choque regimental, sem qualquer fundamentação.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Deputado Fábio Felix, V.Exa. já está apto a fazer o uso da palavra? (Pausa.)

Respondendo aqui ao Deputado Leandro Grass, no art. 42, inciso II, alínea c do Regimento Interno diz assim: “São atribuições do Presidente da Câmara Legislativa: determinar a retirada de proposição da Ordem do Dia nos termos deste Regimento Interno”.

Então, cabe a esta Presidência fazer a retirada, quando há flagrante ilegalidade no processo e quando o Regimento não assim condiz.

Sobre a eleição que foi feita no dia 1º de janeiro, nós discutimos muito aqui sobre a questão da proporcionalidade. O Regimento diz, se não me falha a memória, que se respeite a proporcionalidade, tanto quanto possível. Então, só para deixar claro sobre essas questões regimentais – aqui nós temos de seguir o Regimento –, eu não

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2019	14h05min	19ª Sessão Extraordinária	5

sei por que a Mesa Diretora passada não se atentou a esse aspecto do Regimento, creio que a assessoria pode ter faltado nesse sentido, mas, a partir do momento em que nós somos informados da ilegalidade do processo, como guardiões da legislação, não podemos nos furtar a isso.

Informo também às senhoras e aos senhores que o projeto deliberado aqui, que passou ilegalmente pela Mesa Diretora, já tramitou, foi votado e vencido. Ele foi derrotado pelos mesmos motivos, em plenário, Deputada Arlete Sampaio. No ano passado, esse projeto foi derrotado pelo Plenário, justamente pelos mesmos fundamentos que foram dirigidos aqui a V.Exa. no dia de ontem, por mim, pelo Deputado Delmasso, pelo Deputado Chico Vigilante, que leu praticamente duas páginas do Regimento para fundamentar a contrariedade dele com a propositura.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, eu queria colaborar e concordar com a fala do Deputado Chico Vigilante, porque acho que a gente fica estarecido quando vê que na própria comitiva presidencial tem alguém carregando 39 quilos de uma substância proibida no Brasil, que é a cocaína.

Não que nós tenhamos uma perspectiva necessariamente proibicionista, o que não é o caso, mas se fosse uma comitiva presidencial de um outro Presidente, especialmente se fosse ligada aos partidos e aos valores de Esquerda, seria o maior reboliço na história deste País. Imaginem, um avião presidencial, o avião auxiliar da Presidência da República, com um funcionário carregando droga.

Já arrumaram um monte de narrativas rápidas para explicar essa história, mas a gente fica estarecido com um governo que tem vínculos, ou indícios de vínculos, com a milícia e agora até com o tráfico. Deputado Rafael Prudente, já não tem o apoio da Esquerda, óbvio; não tem o apoio do Centrão, não tem o apoio dos partidos mais tradicionais brasileiros... não está sobrando ninguém para apoiar o atual Governo Federal em nosso País.

Ontem, o Governo Federal revogou o decreto ilegal de armas que ele poderia ter feito. Independentemente da discussão de mérito sobre o decreto de armas, eu sei que muitos são favoráveis aqui nesta Casa ao decreto e outros têm posições contrárias em relação a esse decreto, mas o governo não pode legislar por decreto, porque esse País ainda é uma democracia. É preciso apresentar um projeto de lei, se quer modificar a legislação de armas em nosso País. É muito importante que isso seja feito.

Além dessas arbitrariedades, o Governo Federal agora, por meio do Itamaraty, o Ministro das Relações Exteriores deu uma orientação para que o Brasil só faça discussão binária estritamente biológica de sexo, e não faça o debate de gênero. Imaginem nossos diplomatas e representantes internacionais nas cortes para debaterem esse tema dessa forma? Será o país mais atrasado do mundo, isso é o que vai parecer. Não só atrasado, mas limitado intelectualmente com uma orientação

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2019	14h05min	19ª Sessão Extraordinária	6

dessas do Ministro das Relações Exteriores. Isso é um absurdo completo e nós temos de repudiar esse tipo de posição.

Sr. Presidente, nós participamos esta semana da audiência pública promovida pelo Deputado Chico Vigilante sobre a CEB. Há uma tentativa do governo em privatizá-la. Todo mundo sabe que nosso mandato é comprometido com os servidores públicos do Distrito Federal. É um mandato comprometido com os empregados públicos do Distrito Federal, é um mandato comprometido com as nomeações que possam fortalecer as políticas públicas do Distrito Federal. Nós estamos lutando para isso e iremos fazer emendas à LDO, que será votada hoje, para que haja previsão orçamentária para nomeação de servidores e servidoras públicas. Isso está correto, tem de nomear, porque nós vamos fortalecer as políticas públicas do Distrito Federal. Elas não podem ficar sob a égide do abandono, como está colocado hoje em muitas áreas.

Nós temos um Governador que prometeu muito para os servidores públicos e que executa muito pouco. Acho muito ruim que a primeira medida que o Governador queira fazer, a alteração na Lei nº 840, sejam mudanças na licença-prêmio. É ruim, porque é um gesto ruim.

Nós queremos saber: onde está o cronograma de pagamento da terceira parcela? Eu sou servidor do sistema socioeducativo e não tenho perspectiva de receber a terceira parcela, como nenhum servidor que está aqui, de nenhuma categoria, tem perspectiva, porque o Governador prometeu um cronograma de pagamento da terceira parcela do aumento e não o apresentou.

As políticas públicas precisam ser fortalecidas, e os servidores públicos não podem ser demonizados no Distrito Federal, porque são os que trabalham cotidianamente para atender à população do Distrito Federal, nas diversas áreas.

O nosso mandato é um mandato comprometido com o serviço público, é um mandato muito coerente nesta pauta. Sabem por quê? Porque nós não demonizamos o Estado! Há servidor público por aí que todo dia fica demonizando o Estado, vota contra aqueles que defendem o Estado, mas vêm aqui lutar por nomeação no outro dia, porque estão na lista para serem nomeados! Aí eles vêm aqui no outro dia, mas votam naqueles que estão destruindo o Estado. Votaram naqueles que são contra o serviço público, mas querem ser nomeados. (Palmas.) É, no mínimo, uma contradição enorme daqueles que têm essa postura.

Então, nós temos muita coerência nisso. Não demonizamos o Estado, não achamos que a solução para os serviços públicos do Distrito Federal seja a privatização de tudo, como alguns Deputados e Deputadas defendem nesta Casa – como se o mercado fosse a solução para todos os problemas da nossa cidade, da nossa sociedade. Não é o caso! Nós sabemos que é possível executar boas políticas públicas a partir do Estado, a partir do Executivo, mas precisam ser bem gerenciadas. Hoje, existe um problema grave de gerenciamento.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2019	14h05min	19ª Sessão Extraordinária	7

O nosso mandato tem esse compromisso. Vamos lutar ao longo deste ano, Presidente, inclusive em defesa dos servidores públicos, e vamos apresentar hoje – eu queria anunciar isso agora – uma emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias para que seja previsto o pagamento da terceira parcela dos servidores do Distrito Federal. (Palmas.)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO LEANDRO GRASS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Sem revisão do orador.) – Presidente, só quero solicitar que a Mesa se manifeste a respeito do Projeto de Resolução nº 8, em relação ao seu encaminhamento; e também quanto ao questionamento feito sobre a sala da Liderança do Bloco Sustentabilidade e Trabalho.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Não entendi, Deputado Leandro Grass. V.Exa. pode repetir, por favor?

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Sem revisão do orador.) – Só pedir que a Mesa oficialize o encaminhamento do Projeto de Resolução nº 8, do ponto de vista de retirada da pauta e destinação do projeto – se vai ser arquivado, se vai ser devolvido ao autor –, bem como falar sobre a questão levantada a respeito da sala do bloco.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Ok. Acato a questão de V.Exa. Faço um apelo à Segunda Secretaria, comandada pelo Deputado Robério Negreiros e toda a sua assessoria, para que a gente tenha uma resposta quanto a esse local ainda no dia de hoje.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje, pela manhã, eu estive no Palácio do Buriti, junto com o Governador Ibaneis Rocha e com alguns outros Deputados, presidentes e secretários de empresas do Distrito Federal. Na ocasião, o Governador anunciou o primeiro projeto de internet 5G do Brasil aqui em Brasília, em parceria com o Huawei.

Como Presidente da comissão que trata de ciência e tecnologia nesta Casa, nós temos tentado construir um projeto amplo, com uma discussão sobre o que nós podemos fazer para melhorar a nossa capital do ponto de vista de geração de emprego integrada à ciência e tecnologia. Eu entendo que o caminho para a gente buscar um novo DNA para nossa capital é originarmos empregos para essa nova geração. Quero parabenizá-lo aqui.

Eu gostaria também de levantar uma pauta que temos debatido aqui na Câmara Legislativa muito pouco, mas que é extremamente importante, que é sobre a regularização das antenas. Nós temos uma das piores... Na realidade, nós somos a pior capital do Brasil, com mais de 1 milhão de habitantes, do ponto de vista de

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2019	14h05min	19ª Sessão Extraordinária	8

conectividade. Não existe nenhuma capital pior, no Brasil, que Brasília, do ponto de vista de conectividade, de acesso a dados em celulares.

Nós estamos falando de 5G. Nós estamos caminhando, mas nós temos que debater também nesta Casa uma lei, um novo marco regulatório, uma nova legislação voltada para as novas antenas, para a nova instalação de antenas na capital da República.

Já há um projeto apresentado por mim e pelo Deputado Delmasso aqui na Câmara, que tange isso e que dá possibilidade, inclusive, de contrapartida para essas empresas que instalem antenas ajudarem a custear a internet nas escolas públicas e também nos postos de saúde. A gente sabe a dificuldade que é, em áreas rurais, para os postos de saúde, hoje, terem acesso a dados, a uma informatização dos sistemas. Eu também gostaria de deixar um encaminhamento nesse sentido.

Hoje nós estamos votando a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias. Eu tive a oportunidade de participar um pouco desse processo, ao lado do Deputado Agaciel Maia, quem eu prezo muito. Aprendi bastante ao longo desse processo.

Apresentei algumas emendas, colocando, por exemplo, a possibilidade de mais concursos para médicos; para engenheiros, no quadro do DER – Departamento de Estradas de Rodagem, pois eu sei que há uma necessidade grande, hoje, de nós colocarmos pessoas para elaborar projetos para duplicarmos vias, para melhorarmos o trânsito.

Coloquei também emendas para que a gente possa trazer à tona a possibilidade de contratarmos professores intérpretes, professores bilíngues, que é uma deficiência que nós temos na Secretaria. Os alunos surdos, hoje, não são tratados como deveriam. Então, nós queremos fazer jus ao nosso mandato e corrigir esses erros. Tenho trabalhado em cima disso e vou lutar muito por isso.

Também tenho tentado propor emendas para que a gente possa ter um CAS – Centro de Atendimento de Surdos independente, que não dependa de uma diretoria de escola. Basicamente, ele teria uma estrutura física, com uma destinação específica orçamentária para que a gente possa, inclusive, destinar emendas e ajudar na consolidação daquele centro.

No que tange à LDO, fiz um levantamento breve. Preocupa-me muito a situação do Estado em relação a recursos, porque o nosso Fundo Constitucional, nos últimos anos, tem caminhado de maneira menor do que a nossa inflação. Enquanto a inflação caminhou 25%, o nosso fundo evoluiu em 15,8%. Naturalmente, nós já estamos perdendo dinheiro, e nós ainda temos um risco: está prevista, na LDO, a possibilidade de perdermos o acesso a esse fundo.

O Governo Federal há pouco tempo implantou um grupo interministerial para debater o Fundo Constitucional do Distrito Federal, que é fundamental para nós. Em um orçamento de 42 bilhões, 14 bilhões advêm desse fundo. Então, nós ficaremos numa situação muito difícil. Sendo assim, a gente também tem que ter uma

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2019	14h05min	19ª Sessão Extraordinária	9

preocupação com os nossos tributos e com a nossa economia local da maneira mais sucinta e profunda.

Eu gostaria, ainda, de deixar um esclarecimento. Eu, na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, falei a respeito do FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, e a respeito do FUNGER – Fundo para a Geração de Emprego e Renda. Nós temos, hoje, fundos, no Distrito Federal, da ordem de 60 mil reais que geram um emprego, e nós temos outros fundos que, com 5.500 reais, estão gerando um emprego também. Então, nós temos que rever esse conceito.

Desse fundo que, a cada 60 mil reais, gera um emprego, com certeza, nós podemos reaver, de alguma forma, com uma metodologia de investimento, esses recursos para ajudarmos um pequeno empresário, para motivarmos o empreendedorismo ou incentivarmos novas empresas médias a se desenvolverem e se tornarem grandes empresas ou até empresas virem para o Distrito Federal. Mas não devemos capitalizar um volume grande de recurso numa única empresa. Então, eu gostaria de deixar aqui também essa minha preocupação.

Até apresentei uma emenda à LDO para que, a partir de determinado montante financeiro, pudesse haver esse fomento – a Câmara Legislativa tivesse que aprovar esse investimento.

Sei que o Estado tem trabalhado para melhorar nesse sentido. Quero parabenizar o Secretário André Clemente por conta do trabalho que ele tem feito nas legislações fiscais. Nós temos 171 programas de renúncia de ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação –, por exemplo. Eu tenho visto que ele tem revisto e reavaliado esse contexto como um todo, até porque nós precisamos movimentar a economia local. Para isso, a gente precisa diminuir a carga tributária para incentivar os empresários a voltarem a investir, e, assim, nós gerarmos mais empregos.

Era esse o meu esclarecimento. Era essa a minha ponderação.

Muito obrigado a todos.

Vamos em frente!

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15h.)